

MEMÓRIA E CONFLITOS SOCIAIS EM TERRAS INDÍGENAS: AS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA DOS KRENAK À DITADURA MILITAR NO BRASIL*

José Alves Dias
Ludimila Krenak

Introdução

Os Krenak, inicialmente denominados de Botocudos pelos colonizadores portugueses, têm um histórico de migrações forçadas, tentativas de extermínio e descaracterização de sua cultura¹. As aldeias Krenak situam-se no município de Resplendor, em Minas Gerais, em um território correspondente a pouco mais de 4 mil hectares, reconhecido oficialmente e homologado em 2001.

Durante a ditadura militar existiu nesse território o reformatório Krenak, onde ocorreram as prisões ilegais de indígenas que, posteriormente, foram removidos à força para a Fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia, Minas Gerais. No dia 05 de novembro de 2015, aconteceu, também em Minas Gerais, um crime ambiental de grandes proporções, em que uma barragem com rejeitos de minérios da empresa SAMARCO Mineração S.A, que é uma sociedade entre a empresa brasileira Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton; foram 62 milhões de metros cúbicos de lama que destruiu casas e vidas por onde passou e chegou ao Rio doce, o grandioso e sagrado *Watu* para os Krenak.

Este texto foi escrito por uma mulher, indígena, professora, e um historiador dos movimentos sociais e da ditadura militar no Brasil. Ambos têm em comum as atuações docentes focadas em inclusão, equidade social e combate ao racismo étnico. A narrativa é feita na terceira pessoa, que

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.119-130

¹ São conhecidos também por Aimorés, nomeação dada pelos Tupi, e por Grén ou Krén, sua autodenominação. O nome Krenak é o do líder do grupo que comandou a cisão dos Gutkrák do rio Pancas, no Espírito Santo, no início do século XX (Isa, 1998, n.p.).

representa a síntese dos diálogos entre a autora e o autor. O fio condutor será a memória de Ludimila Krenak, ancorada em seus ancestrais, parentes contemporâneos e vários outros protagonistas que aparecerão no percurso. Integram-se a essas memórias outros relatos obtidos por José Dias em pesquisas anteriores acerca do período ditatorial, sobretudo no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014).

O historiador pretende analisar, também, como os fatos descritos anteriormente deixaram marcas profundas nas diversas gerações dessa etnia. Contudo, busca observar que as lembranças denotam, especialmente, permanências em seus hábitos e costumes que não foram arrancados pelos colonizadores europeus, nem pelas mineradoras e nem pelos golpistas de 1964. Essas memórias são quadros sociais organizados pela experiência coletiva de luta, referenciados na língua, no território e nos laços afetivos. A compreensão de tais elementos está ancorada em Maurice Halbwachs (1990; 2004) e intercambiados com outras interpretações que acrescentam a esse autor os elementos constitutivos de uma sociedade estratificada, na qual as lutas de classes não podem ser ignoradas. Disso deriva que memória e classes sociais estão interrelacionadas, ainda que Halbwachs não afirme isso, considerando que

As classes sociais são agrupamentos hierarquizados por excelência, que possuem uma consciência coletiva específica, apresentam graus distintos de participação no ideal comum da sociedade em que estão integradas e nas atividades que lhes correspondem, são diferenciadas pelo nível das suas necessidades, e portanto pelo gênero de vida que lhes é próprio, assim como pela matéria em que incide o seu trabalho, a sua atividade econômica, e bem assim pela intensidade da sua memória histórica tradicional (Gurvitch, 1982, p. 149).

As classes sociais só existem em antagonismos reais, e os conflitos agrários são, em distintos modos de produção, uma motivação prevacente de disputas. A ocupação dos territórios dos povos tradicionais na América Portuguesa está na matriz dos eventos históricos descritos acima, tais como: as migrações forçadas, as extrações de substâncias minerais com produção de rejeitos em alta escala e a apropriação indevida das terras indígenas.

As novas gerações dos Krenak têm diante de si os desafios de: manter a unidade do território sagrado, preservar a língua, compartilhar as memórias, combater os desmatamentos e afastar as mineradoras que poluem as nascentes e/ou afluentes do *Watu*. Adicionalmente, têm que lidar com o preconceito étnico de outras populações que vivem nos arredores das aldeias, dos municípios e nos próprios núcleos urbanos. Aqui, Ludimila Krenak conta sua história e de seu povo que é um pouco de tudo isso.

As experiências compartilhadas

Durante os preparativos para o “XIV Colóquio Nacional e VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico/UESB e II Seminário Nacional e II Internacional do Histedbr/UNICAMP”, iniciaram-se os primeiros contatos, bastante relevantes, entre um historiador e uma liderança da Aldeia Bakã, do povo Krenak. Os diálogos sobre os povos originários, necessários para o reconhecimento da importância dessa etnia, tiveram como objetivo ampliar o conhecimento do público sobre os dilemas, individuais e coletivos, dos habitantes das áreas constituídas pela Fazenda Guarani, territórios Krenak e Krenak de Sete Salões, assim como, pelas terras Krenrehé e Vanuire.

A presença de uma professora indígena no evento, para narrar os acontecimentos e descrever suas memórias, foi algo intencional, em respeito à autonomia, à autodeterminação e ao protagonismo dos povos indígenas. Para os mais jovens, a tradição oral e a observação direta dos conhecimentos, repassados pelos anciões e anciãs, ou ainda, vivenciados durante uma longa caminhada de lutas, é o ponto de inflexão e retomada da trajetória desde a época dos primeiros contatos com a colonização lusitana, no século XVI.

Na escola onde a autora atuou como docente, a 12 km da aldeia, tinha aproximadamente 60 (sessenta) alunos indígenas, e houve um esforço coletivo pela educação intercultural e a manutenção da memória do povo Krenak. Em virtude das diversas experiências ruins no passado, sofrendo discriminação étnica e racial, a professora tem sido militante na preservação das memórias e no resguardo da integridade física e mental das crianças e dos adolescentes do seu povo.

Cabe ressaltar aqui a participação dos autores na “II Jornada de Combate ao Racismo no Ensino superior: estudantes indígenas e afrodescendentes”, que evidenciou uma questão recorrente no Brasil. Na ocasião, durante a roda de conversa “Desafios na formação e na prática docente em terras indígenas e quilombos”, a autora registrou as suas memórias sobre a escola e a universidade, recordando-se de como as famílias de posseiros ignoravam a longa trajetória de ocupação dos Krenak naquele território e da maneira pela qual as crianças indígenas eram constrangidas. No curso de pedagogia, a indiferença e o silenciamento de sua condição étnica foi, também, uma experiência muito difícil para a autora.

As seções a seguir tratam, portanto, do limiar entre a memória individual e a coletiva e, embora entre elas exista uma fronteira indivisível, são passíveis de serem mobilizadas, concomitantemente, para descrever a violência e a resistência dos Krenak à ditadura militar no Brasil. Parte-se, também, da concepção de quadros sociais da memória que se organizam em função das tradições comuns a um grupo, como a língua Borun, características dos povos nativos das margens do *Watu*. A escola aparece, na mesma medida, como uma moldura composta pelos indivíduos portadores das memórias que desenham esses quadros sociais.

Memórias e quadros sociais: a língua Borun

As principais referências teóricas utilizadas são as memórias coletivas e os quadros sociais, previamente existentes, tais como a linguagem, como evidenciado em Maurice Halbwachs (1952; 1990; 2004). Conforme o autor supracitado,

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

A citação acima é, certamente, a mais conhecida do capítulo inicial da obra do sociólogo francês, traduzida do original, em meados do século XX, pela Editora Vértice ou Editora Revista dos Tribunais, e amplamente

difundida no Brasil. Sua alusão recorrente, em debates sobre a memória, deve-se à profundidade com a qual Maurice Halbwachs tratou mudanças que as memórias produzem nas relações com os grupos com os quais as pessoas se envolvem. Por sua vez, os quadros de referência são imprescindíveis para a subsistência das lembranças de um determinado grupo que, de outra forma, poderiam perder-se no tempo ou tornarem-se difusas ao ponto de desaparecerem.

Halbwachs afirmou que alguns aspectos da vida cotidiana se constituem como quadros sociais relevantes para mobilizar as memórias, entre eles, a linguagem é um elemento de coesão identitária. Os Krenak foram e ainda continuam sendo proibidos de se expressarem no Borun, do grupo linguístico Macro-Jê, inclusive nas cerimônias religiosas tradicionais.

Durante a roda de conversa acima referida, a autora deste texto narrou que, na escola, ela e sua prima não podiam conversar na língua Borun, porque os professores chamavam a atenção, pensando que fossem xingamentos. Travestidos de ignorância, esses comportamentos, mais comuns do que se imagina, demonstram as tentativas de subordinação dos povos indígenas à cultura dominante, em função das tradições coloniais.

Uma parte desse percurso dos Krenak, que com muita luta e disposição mantêm a língua Borun falada entre a população de seu território (Isa, 1998), deu-se entre 1969 e 1972, com a criação e o funcionamento do Reformatório Agrícola Krenak, para o qual foram levados indígenas de várias etnias, considerados rebeldes ou por outras acusações, como o alcoolismo e a vadiagem. Falar na língua, também, era motivo para punição com castigos físicos, trabalhos forçados e torturas.

A partir de 1972, a continuidade das violências da ditadura militar, perpetradas contra os indígenas, teve prosseguimento na Fazenda Guarani, no município de Carmésia (MG). Os confinamentos referidos aqui tinham a intenção de manter os grandes latifúndios da região, visto que os povos indígenas estavam em luta pela retomada de seus territórios, assim como, evitavam a agregação das aldeias e das famílias Krenak que insistiam em manter sua língua, seus hábitos e seus costumes de forma sistemática e duradoura.

Contudo, a insistência em fazer desaparecer a língua dos botocudos, alcunha atribuída pelos portugueses aos grupos que usavam

botoques auriculares e labiais, não é recente. Nas primeiras décadas da ocupação colonial, Pero Magalhães Gandavo, em carta endereçada ao príncipe português e cardeal Dom Henrique, ressaltou que:

Chamam-se aimorés, a língua deles é diferente dos outros índios, ninguém os entende, são eles tão altos e tão largos de corpo que quase parecem gigantes; são mui alvos, não têm parecer dos outros índios na terra nem têm casas nem povoações onde morem, vivem entre os matos como brutos animais; são mui forçosos em extremo, trazem uns arcos mui compridos e grossos conforme a suas forças e as frechas da mesma maneira (Gandavo, 2008, p. 41).

De acordo com o verbete Krekak, do site povos indígenas no Brasil, mantido pelo Instituto Socioambiental (ISA), após o confinamento da Fazenda Guarani, em 1980, alguns indígenas ficaram no local, outros foram para Posto Indígena Vanuíre (SP), outros, ainda, para a cidade de Colatina (ES) e para Conselheiro Pena (MG), e os demais:

[...] optaram por retornar à área do PI Krenak. Contudo, o retorno desejado não era tão fácil. Toda a área indígena estava em mãos dos antigos arrendatários, inclusive a antiga sede administrativa do Posto Indígena, que a RURALMINAS, órgão estadual responsável pela administração das questões de terras em Minas Gerais, repassara ao Patronato São Vicente de Paula da cidade de Resplendor, que ali instalou um orfanato. Para completar o quadro de dificuldades, o estado de Minas Gerais havia distribuído títulos de propriedade aos arrendatários, alterando seu status e seus direitos e fortalecendo sua luta pelo afastamento definitivo dos índios (Isa, 1998, n.p.).

Nesse quadro adverso, afirma a autora do verbete, Maria Hilda Baqueiro Paraíso²:

[...] 26 dos 49 Krenak que haviam sido levados para a Fazenda Guarani retornaram, em 1980, às terras do rio Doce, instalando-se por conta própria, em pequena parcela da área, nas ruínas da antiga sede abandonada pelo Patronato São Vicente de Paula e no antigo Reformatório, perfazendo um total de 68,25 hectares (Isa, 1998).

² Várias informações do verbete são oriundas de PARAÍSO, M. H. B. Os botocudos e sua trajetória histórica. *In*: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/SMCSP, 1992. p. 413-30.

A memória da autora perfaz, dessa forma, o percurso que Maurice Halbwachs (1990) fez sobre as lembranças que atravessam a infância e permanecem, ressignificadas, no adulto:

Mas isso se aplica também aquela lembrança que evoca Blondel, que é ao mesmo tempo e lembrança de criança e uma lembrança de adulto, pois a criança se encontrou pela primeira vez numa situação de adulto. Criança, todos os seus pensamentos estavam à medida de uma criança. Habitado a julgar objetos exteriores por meio de noções que devia a seus pais, seu assombro e seu medo vinham da dificuldade que experimentava para reintegrar o que via agora em seu pequeno mundo. Adulto, vinha a sê-lo no sentido que não estando os seus mais seu alcance, encontrava-se diante de objetos que lhe eram novos e inquietantes, mas que não eram, pelo menos na mesma intensidade, para uma pessoa adulta (Halbwachs, 1990, p. 41).

O sentimento de desamparo social de uma criança indígena demonstrado na rememoração dos anos escolares, retornou na professora, dedicada a evitar que outras pessoas da aldeia fossem discriminadas por seu pertencimento étnico. Os parentes, que são todos os povos indígenas, e a ancestralidade, que não se resume à geração anterior, formavam o universo da autora que conhecia o passado de esbulho continuado de seus territórios, de migrações forçadas dos Krén e de violações de direitos humanos.

A autora, muitas vezes deparou-se com questionamentos sobre coisas que lhe pareciam absurdas, ainda mais vindo de pessoas que viviam tão próximo das aldeias indígenas. Elas questionavam se os povos originários viviam nus, se moravam em ocas, sobre o que comiam. Ao refletir sobre essa má informação no município, a professora decidiu trabalhar fora da comunidade, mudar essa visão das pessoas não indígenas, principalmente das crianças.

O seu principal desafio era demonstrar na escola que o indígena não é somente aquele ser primitivo que tem de permanecer daquele modo, do contrário ele deixará de ser indígena. O mundo precisa entender que o indígena é um ser evoluído, que ele pode viver da forma que ele quiser e não da forma que os outros julgam ou acham que ele tem que ser.

Desde agosto de 2018, a docente ministra aulas nos distritos e na sede do município de Resplendor e sempre usa como foco essa desconstrução dos estereótipos dos povos indígenas, mostrando aos alunos que são povos com diversidades. Em janeiro de 2023, recebeu um convite institucional da prefeitura dessa cidade para assumir a direção da Escola Municipal de Independência, que possui hoje mais alunos indígenas do que a escola estadual que se localiza dentro da comunidade, e a partir daí, ela tornou-se a primeira diretora indígena do município de Resplendor/MG.

Essa trajetória como professora e pedagoga tem sido vista como um momento histórico de suma importância para a representatividade do povo Krenak, na luta para consolidação de uma educação de qualidade, na qual funcionários e discentes respeitem as diversidades culturais e religiosas, sem discriminação ou manifestações de preconceitos. Esse tem sido o sonho acalentado.

Retomando Halbwachs (1952, p. 50), “[...] você pode ouvir um idioma estrangeiro, sendo falado ao seu redor, por um longo tempo, mas se não tiver nem o desejo nem a necessidade de aprendê-lo, não prestará atenção a ele.”³. O pressuposto do autor aplica-se, sem maiores adaptações, ao contexto indígena Krenak, ou seja, se as pessoas próximas não ouvirem a língua Borun, não irão reconhecer a sua legitimidade existencial e, sobretudo, o direito de pertencimento dos Krén, destinando-lhes o lugar social de Botocudos, como dito outrora por Pero Magalhães Gandavo.

O reconhecimento da escola como uma moldura do quadro social da memória e, no seu interior, a língua falada pelos Krenak permitem resgatar várias gerações de antepassados que a docente de Resplendor quer manter no seu grupo. Isso porque “[...] observamos o que o tempo e o espaço se tornam nos sonhos.”, diz Halbwachs (1952, p. 43). Não por acaso, diz ele: “[...] o tempo e o espaço se tornam as estruturas que mantêm em contato e em acordo os pensamentos de homens separados pela distância e que querem regular seus movimentos e suas vidas.” (Halbwachs, 1952, p. 43)⁴.

³ Tradução livre do original em francês: On peut entendre longtemps parler autour de soi une langue étrangère on n'a ni le désir, ni le besoin de l'apprendre, on n'y fera pas attention.

⁴ Tradução livre do original em francês: On s'en aperçoit déjà, lorsqu'on observe ce que deviennent en rêve le temps et l'espace, c'est-à-dire les cadres qui maintiennent en contact et en accord les

O ato de lembrar, de forma recorrente, o lugar no qual vivemos experiências marcantes associa-se às lembranças de um tempo da nossa existência. A reconstituição de cada sequência é como virar a página do álbum de fotos e se deparar com um passado que espreita a cada esquina. Os dias de uma criança na escola associados às limitações, aos medos e às diversas formas de discriminação e de racismo foram inquietantes. Tudo isso, amalgamado com a angústia sobre seu próprio futuro, e a apreensão com as demais *cunbã-antã*⁵ e os outros *kunumim*⁶ influenciaram na decisão de Ludimila Krenak de ser professora. A docente constituiu-se, inclusive, das memórias de seus antepassados, de fatos não contemporâneos à sua vida, muito anteriores às suas próprias lembranças. O seu povo Krenak sempre viveu às margens do *Watu*, e ele é a base cultural, o ser sagrado que fornece a água para saciar a sede e refrescar nos dias quentes. Quando perene e limpo, o rio fornecia *Bok Nhauít* (muito peixe), e as caças, principalmente, eram realizadas às margens do *Watu*, onde se colhiam, concomitantemente, as ervas medicinais com que eram realizados os rituais religiosos, como o batismo das crianças.

Ludimila tem duas filhas que nasceram após o rompimento da barragem; uma nasceu em junho de 2018, a outra em julho de 2021, ambas não foram batizadas conforme a tradição Krenak. Isso significa tristeza e incerteza do futuro, pois as crianças estão crescendo sem viverem tudo que os antepassados deixaram, estão crescendo sem saberem qual a importância de *Watu* para os Krenak. Sem a convivência das crianças com o rio é mais difícil elas criarem um vínculo afetivo e comunitário, e esse direito as empresas não reconhecem, porque ignoram o verdadeiro significado afetivo que os povos tradicionais têm com a natureza. Em 2023, completaram oito anos que os modos de vida foram totalmente modificados pela contaminação do *Watu*, e nenhuma providência ou punição efetiva foi aplicada.

Em 2019, iniciaram as lutas no exterior contra as empresas responsáveis, pois os Krenak viam nesse dispositivo alguma oportunidade de reparo aos danos causados. Uma ação judicial foi movida na Inglaterra e, em julho de 2023, Ludimila representou a cacique Elzilene, da Aldeia

pensées d'hommes séparés par la distance, et qui veulent régler leurs mouvements et leurs déplacements sur ceux des autres membres de leur groupe.

⁵ Termo original em Tupi que significa mulher jovem.

⁶ Termo original em Tupi que significa criança indígena, do sexo masculino.

Bakã, em Londres, onde aconteceu uma audiência na qual a BHP Billiton solicitou à corte inglesa a inclusão da Vale S.A na responsabilidade potencial da ação ⁷.

A viagem a Londres teve, particularmente, o objetivo de obter o reconhecimento da ação e o apoio do povo britânico e, por isso, foram realizadas manifestações nas ruas e nos tribunais com a esperança de que a corte daquele país reconheça a legitimidade do processo e estabeleça uma punição fora do Brasil, visto que não há resultados nos fóruns locais.

Fatos semelhantes ocorreram com o Reformatório Krenak e a Fazenda Guarani, conforme descrito em Correa (2000) e em Laurita Maria Félix, Euclides Krenak, Dejanira Krenak e cacique Nêgo no documentário Guerras Sem Fim (2023). O título não é mera coincidência, e o fato deste texto iniciar-se com a resistência dos Botocudos e concluir com o relato de uma mulher indígena sobre a luta do seu povo na Inglaterra, também não o é. Os Krenak já travaram grandes lutas no passado e continuam resistindo no presente, visto que seus referenciais de memória são robustos o suficiente para enfrentar a monarquia portuguesa colonial, a corrupção e os desvios de finalidade da FUNAI, as violências da ditadura militar e as expropriações de seus territórios pelas corporações mineradoras internacionais.

Os encarregados e mandantes dos castigos físicos, dos trabalhos forçados e das torturas nas duas instituições vigentes nas terras Krenak, durante a ditadura militar, não foram punidos, assim como os responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, no século subsequente. Um lapso de 43 (quarenta e três) anos separam os dois eventos que guardam entre si muitas semelhanças, inclusive a resiliência dos Krenak que voltaram, ocuparam e conseguiram a homologação de suas terras, por decreto, em 2001. A língua Borun, todavia, tem sido mantida somente pelas mulheres das gerações anteriores e recuperada nas escolas multiculturais. Daí a importância da autora, como educadora e indígena, concluir o curso de Pedagogia na Faculdade ALFA UNIPAC, em Aimorés – MG, retornar às suas terras e se dispor a lecionar com foco na

⁷ BHP Billiton é uma mineradora e petrolífera anglo-australiana multinacional sediada em Melbourne, Austrália. Por sua vez, a Vale S.A. é uma mineradora multinacional que extrai minério de ferro e outros tipos minerais, em várias regiões do Brasil. A mineradora anglo-australiana solicitou que, em caso de condenação na Justiça do Reino Unido, a Vale S.A, também, fosse responsabilizada com cinquenta por cento das indenizações.

diversidade étnica, no respeito às tradições indígenas e na preservação dos quadros sociais que referenciam seu povo e sua cultura.

Conclusão

Analisar as memórias dos Krenak é reconhecer a legitimidade de suas narrativas ancestrais acerca dos aldeamentos, das restrições de acesso aos seus territórios e dos processos judiciais em conjunturas de disputas agrárias no Brasil. No ínterim entre a colonização portuguesa e a contaminação do rio *Watu*, com rejeitos de minério, há um percurso de violências contra os Krenak, incluindo as atrocidades cometidas no Reformatório e na Fazenda Guarani. Contudo: a sua existência pujante; a língua Borun, ainda preservada; o discurso de Ailton Krenak (2019), na Assembleia Constituinte, em 1987; a luta pela identificação, pela declaração e pela homologação de seu território; a vitalidade de sua juventude expressa na experiência narrada por Ludimila Krenak são aspectos que dinamizam as esperanças em tempos mais amenos.

Se ainda não há punição prevista para os crimes cometidos contra os Krenak, espera-se, no mínimo, o reconhecimento da sua importância na conformação da sociedade nacional, o respeito por suas lideranças ancestrais e contemporâneas, o direito à sua existência e à preservação das suas memórias. Tudo isso não será possível, por exemplo, se as crianças indígenas continuarem sendo constrangidas nas escolas e nas universidades por seu pertencimento étnico, ou se os crimes cometidos tiverem que ser denunciados a tribunais internacionais ou de outros países, porque somos interditados quando exigimos punição para os culpados.

Referências

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

CORRÊA, J. G. S. **A ordem a se preservar**: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2000.

GANDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil**: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GUERRA SEM FIM - Resistência e Luta do Povo Krenak. Roteiro e Direção: Vitor Blotta e Fabrício Bonni. Produção: Unnova. 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DfkGVfkJpAM>. Acesso em: 29 set. 2023.

GURVITCH, G. **As classes sociais**. São Paulo: Global, 1982.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1952.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos, 2004.

ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). **Verbete Krenak**. 1998. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak#Retorno.C3.A0terra>. Acesso em: 29 ago. 2023.

KRENAK, A. Discurso de Ailton Krenak, em 04 set. 1987, na Assembleia Constituinte. **GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 1, n. 4, p. 421-422, 2019.